

18 OUT 1996

O GLOBO

NOSSA OPINIÃO

Educações

Em defesa do aluno

O Supremo Tribunal Federal acaba de indeferir o pedido da União Nacional dos Estudantes para que fosse considerada inconstitucional a Lei 9.131, que criou o Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como "provão". Isto significa que já nos primeiros dias de novembro será realizado o primeiro exame, nas áreas de direito, administração de empresas e engenharia. Ao contrário do vestibular, este é um exame destinado a avaliar a capacidade do estudante ao fim de um determinado curso.

A encarniçada resistência da UNE à idéia não é boa defesa dos interesses do estudante brasileiro. Nenhum pelourinho está sendo preparado para o aluno menos brilhante, uma vez que o que interessa ao Ministério da Educação, no caso, não é a performance individual de cada estudante, e sim a possibilidade de avaliação dos cursos superiores.

Essa avaliação, na verdade, há muito tempo se fazia necessária, para acabar com distorções incrustadas na estrutura do ensino público brasileiro.

Em tese, qualquer curso superior tem a obrigação de fornecer bom ensino. Mas no caso dos cursos patrocinados pelo Estado, a obrigação é infinitamente maior, uma vez que eles são mantidos com dinheiro público. Além disso, os alunos que neles estudam não pagam as altas mensalidades que recaem sobre os ombros do estu-

dante da escola particular; portanto, também da parte do aluno existe uma espécie de responsabilidade social.

Um começo de avaliação já provocou resultados preocupantes. Segundo índices divulgados em meados do ano, 77 mestrados (num total de 1.036 existentes no país) e 14 doutorados (de 510) receberam notas D ou E, depois de um trabalho de avaliação realizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior).

Alguém dirá que são índices proporcionalmente modestos. Mas o que se deve ponderar é que cursos de mestrado e doutorado, por definição, são cursos de excelência. Se se mostram ineptos, passam a constituir verdadeira fraude. E se isso é o que acontece em cursos de pós-graduação, o que pensar dos próprios cursos de graduação?

É nesse sentido que caminha o "provão". O que está sendo julgado, nessas provas, é o curso, e não o aluno. Levanta-se a possibilidade

de que essas provas possam vir a ser usadas como mecanismos punitivos no mercado de trabalho. Além do fato de que, no Brasil, não existe qualquer tradição de conferir históricos escolares antes de contratar alguém, nada impede que o MEC crie alguma forma de proteção para o resultado desses exames, guardando apenas o que interessa: a capacidade de um curso justificar o dinheiro que o Estado investe nele.

OUTRA OPINIÃO

'Provão' neoliberal

HENRIQUE LONGO

O "provão" não deve ser analisado isoladamente, mas inserido no contexto de uma ampla reforma educacional que está sendo implantada pelo Governo Fernando Henrique. A proposta de autonomia do Ministério da Educação, as diversas medidas provisórias, emendas constitucionais e projetos de lei, que representam o descompromisso do Estado com a educação, fazem parte de um modelo que segue fielmente as diretrizes neoliberais do Banco Mundial.

A lógica do "provão" é perversa. É uma metodologia de avaliação de curso universitário que usa um aluno sem maiores compromissos com o resultado. O estudante será obrigado a fazer a prova para a obtenção do diploma, mas no seu histórico escolar constará apenas a data da realização do exame. Toda a sua formação acadêmica será retratada por uma única nota que certamente não vai traduzir o seu desempenho ao longo de anos de estudo. Esta nota não servirá nem como exigência para o exercício profissional, pois os estudantes podem simplesmente entregar a prova em branco, mas o curso poderá até ser desativado pelo MEC. A divulgação dos resultados do "provão" será uma boa justificativa para os cortes de verbas para as universidades públicas, aumentando ainda a divisão entre os "centros de excelência" e os "escolões do Terceiro Grau".

O "provão" tem uma concepção fragmentada de avaliação e não fará um diagnóstico correto da instituição. Nas universidades públicas, a redução das verbas, o arrocho salarial e o esvaziamento do quadro docente estão sendo deter-

minantes para a queda da qualidade acadêmica. Nas universidades privadas, o "provão" não vai contribuir para qualquer melhoria. Estas continuarão a tratar a educação como uma atividade lucrativa. Algumas faculdades particulares já estão até preparando seus alunos com o "simulado do provão". Possivelmente, aparecerão os cursinhos com dicas e macetes. Será um novo vestibular, desta vez de saída.

As universidades devem ser avaliadas e precisam prestar contas à sociedade, mas não através deste "provão" neoliberal. A avaliação deve englobar todas as atividades acadêmicas, laboratórios, bibliotecas, qualificação do corpo docente, condições de trabalho etc. Deve fazer um diagnóstico completo da instituição para a correção das deficiências e melhor planejamento das ações. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve estar sempre presente neste processo. A avaliação deve ser socialmente contextualizada e vinculada a um projeto de universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade. A propaganda oficial diz que o "provão" será um instrumento de avaliação para melhorar os cursos

de graduação mas, na prática, vai direcionar o ensino para a lógica empresarial em que o importante é o produto final. Universidade não é supermercado!

A universidade tem uma importante função social e não pode estar comprometida com o adestramento de mão-de-obra, mas com a formação de bons profissionais, cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

... justificativa
para os cortes
das verbas das
universidades
públicas

HENRIQUE LONGO é professor da UFRJ e ex-presidente da Associação dos Docentes.